

PARECER JURÍDICO

INTERESSADO: SINPROESEMMA

**RESPOSTA AO OFÍCIO PERTINENTE A CONTRIBUIÇÃO AO FEPA DE
SERVIDOR PÚBLICO APOSENTADO**

**EMENTA: FEPA – CONTRIBUIÇÃO –
APOSENTADO - RPPS**

INTRODUÇÃO:

Trata-se de uma consulta efetuada pelo SINPROESEMMA, a respeito da possibilidade do Estado do Maranhão descontar do servidor público aposentado a contribuição do FEPA.

FUNDAMENTAÇÃO:

O objetivo do presente parecer é esclarecer as dúvidas referentes aos descontos efetuados pelo Estado do Maranhão no tocante ao FEPA, dos servidores públicos aposentados, se esse desconto está dentro dos ditames legais.

Ao contrário do que ocorre no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), onde o aposentado não precisa contribuir, no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o servidor público aposentado pode voltar a contribuir, caso o valor dos proventos de sua aposentadoria ou pensão deixada para seus dependentes, ultrapasse o teto estabelecido para os benefícios do RGPS, atualmente R\$6.101,06 (seis mil, cento e um reais e seis centavos);

Os aposentados do RGPS, por força do que estabelece o art. 195, II da CF/88, não precisam contribuir sobre suas aposentadorias e pensões, exceto se voltarem a trabalhar. Neste caso, como a nova atividade econômica os coloca na condição de segurados obrigatórios, os mesmos deverão contribuir sobre o novo salário de contribuição, mas nunca sobre a aposentadoria em fruição.

Já com relação aos servidores públicos aposentados, os mesmos não precisavam contribuir até o advento da Emenda Constitucional nº 41/03. Assim, tal qual os aposentados do RGPS, eram isentos de tal obrigação.

Entretanto, com a edição da Emenda Constitucional nº 41, publicada no dia 31/12/2003, foi inserido o §18 ao art. 40 da CF/88, cujo comando autoriza a incidência **de contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria e pensões que superem o teto do RGPS** (Atualmente, R\$ 6.101,06), com alíquota igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Sem adentrarmos no aspecto da constitucionalidade da referida contribuição, até por que o STF já reconheceu a constitucionalidade da taxaço dos inativos no RPPS, o referido §18 estabelece que a partir de sua vigência os servidores que se aposentarem com proventos superiores ao teto do RGPS, deverão contribuir sobre o que ultrapassar o referido teto.

A mesma Emenda Constitucional nº 41/03, em seu art. 4º, também estabeleceu que os servidores inativos e os pensionistas que estivessem em gozo de benefícios na data de sua publicação, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º (direito adquiridos às regras anteriores à emenda), passariam a contribuir para o RPPS, com alíquota igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. Aqui, pretendeu o legislador reformador, alcançar também os servidores já aposentados antes do advento da referida emenda.

Após a EC 41/2003 não há óbice à cobrança de contribuição de aposentados e pensionistas do RPSP. Argumentos no sentido de que os aposentados já contribuíram para fazer jus ao benefício e que a incidência da contribuição sobre seus proventos e os dos pensionistas não lhes trará direito a outros benefícios não podem ser aceitos. O princípio da solidariedade — expressamente adotado pela CF —, que determina que a seguridade

social será financiada por toda a sociedade (art. 195), não exonera aposentados e pensionistas e justifica plenamente a cobrança.

Assim, a EC nº 41/03, fez o serviço completo, exigindo contribuição previdenciária dos servidores aposentados antes ou depois de sua vigência, desde que o valor dos seus proventos fosse superior ao teto do RGPS. **A CONTRÁRIO SENSO, O SERVIDOR QUE SE APOSENTAR COM VALOR INFERIOR AO TETO DO RGPS, NÃO PRECISARÁ CONTRIBUIR.**

Os artigos 56 e 57 da Lei Complementar nº 73 de 04 de fevereiro de 2004, dispõe que os pensionistas contribuirão para previdência, no montante que SUPERE O LIMITE MÁXIMO estabelecido para os benefícios do RGPS, vejamos:

Art. 56 - O segurado inativo e os pensionistas em gozo de benefícios na data da publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para a previdência social no percentual de 11% (onze por cento) sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere cinquenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral da previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal.

Art. 57. Os servidores inativos e os pensionistas que não forem abrangidos pelo disposto no Art. 56 desta Lei Complementar contribuirão para a previdência social no percentual de 11% (onze por cento) que incidirá sobre os proventos da aposentadoria e pensões no montante que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, da Constituição Federal. (grifo nosso)

Logo após, com a edição da Emenda Constitucional nº 47/05, resultado da chamada PEC paralela que nada mais foi do que um acordo entre Governo e Congresso para o envio de uma PEC que aliviasse para o servidor público os rigores das duas emendas constitucionais anteriores, a 20/98 e a 41/03, ampliou-se a base de isenção da referida contribuição para o servidor aposentado portador de doença incapacitante.

Assim, a EC nº 47/05, inseriu o § 21 ao art. 40 da CF/88, estabelecendo que a contribuição prevista no § 18 incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do teto do RGPS, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante.

CONCLUSÃO:

Conforme o exposto, é possível concluir que o Estado do Maranhão pode realizar descontos referentes ao FEPA de servidores públicos aposentados, desde que esses tenham remuneração superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social que atualmente está R\$6.101,06 (seis mil, cento e um reais e seis centavos).

Salvo melhor juízo,

É o parecer.

São Luís, 12 de março de 2021.

LEVERRIER ALENCAR DE OLIVEIRA JÚNIOR

OAB/MA 7.782